

NOVOS CONTEXTOS PEDEM NOVAS POSTURAS: A AVALIAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA

NEW CONTEXTS ASK FOR NEW POSTURES: EVALUATION IN PANDEMIC TIMES

Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos

Universidade Ibirapuera, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: douglasabreupestana@usp.br

<https://orcid.org/0000-0002-1861-0902>

Alexandre Dijan Coqui

Universidade Aberta do Brasil, BA, Brasil.

DOI: <https://doi.org/10.46550/amormundi.v2i1.36>

Recebido em: 02.01.2021

Aceito em: 29.01.2021

Resumo: Este artigo foi constituído a partir da reflexão sobre o que seria as ruínas de um processo avaliativo decadente e ultrapassado. Vivemos em um novo momento educacional, o uso das tecnologias de informação e comunicação são estruturas que ampliam o universo do conhecimento e são renovadas a cada segundo. O novo contexto educacional já reclamava por novas posturas avaliativas, no entanto, o novo cenário agravado pelo afastamento social e o novo formato de aula durante a pandemia causada pelo COVID-19, surgiram como um ponto que encerra um modelo obsoleto e inicia uma nova jornada pedagógica. Contudo, há necessidade de conhecer o que realmente significa avaliação. Este texto resgata publicações antigas para provar que já temos um norte como referência, o que nos falta é atentarmos para os diversos trabalhos já publicados e perceber que precisamos mudar. A partir do que se vive na atualidade é inegável pensar que novas medidas no processo avaliativo já eram discutidas, faltava-nos ouvir e admiti-las diante das boas práticas em educação.

Palavras-chave: Avaliação. Educação. Pandemia.

Abstract: *This article is based on the reflection about what would be the ruins of a decadent and outdated evaluation process. We live in a new educational moment; the use of information and communication technologies are structures that expand the universe of knowledge and are renewed every second. The new educational context already claimed for new evaluative postures, however, the new scenario aggravated by social withdrawal and the new class format during the pandemic caused by COVID-19, emerged as a point that ends an obsolete model and starts a new pedagogical journey. However, there is a need to know what assessment really means. This text rescues old publications to prove that we already have a north as a reference, what we need is to pay attention to the several works already published and realize that we need to change. From what we live nowadays, it is undeniable to think that new measures in the evaluation process were already being discussed, we just needed to listen and admit them in the face of good practices in education.*

Keywords: *Evaluation. Education. Pandemic.*



1 Um novo olhar, uma nova perspectiva

Mudança! Há vários significados para este verbete, porém, vamos nos limitar a apenas um: *modificação do estado normal de algo*. Só isso nos assombra, particularmente para àqueles que têm medo do novo. Não querendo ser apocalíptico, todavia, um tom mais dramático nos revela na prática como a sociedade transforma-se. E isso é algo positivo, caso contrário, estaríamos vivendo em cavernas e concluindo nossas figuras rupestres e contando nossas conquistas em redor da fogueira, se é que tivéssemos descoberto o fogo, ou mesmo, vivendo na caverna de Platão, esperando as sombras serem projetadas e vivendo na falsa realidade. Até porque às vezes somos apedrejados quando descobrimos a verdade.

O interessante na construção social são essas mudanças. Na série espanhola, *Zona de Separação*, um vírus modifica toda a estrutura de convívio entre os homens e as desigualdades se tornam mais claras. Da mesma forma, na série pós-apocalíptica, *The walking dead*, o grupo liderado pelo personagem Rick, interpretado pelo ator Andrew Lincoln, vivem uma mudança na sociedade e estabelecem novas normas de convívio e impõe novas leis. Todas representam um futuro diatópico.

As séries são ficções. Claro que é! Porém, estamos vivendo um período de pandemia. É só assistir a série russa, *Cidade dos mortos*, com foco no drama humano, percebemos que não estamos muito distante dessas ficções. Ficamos isolados, experimentamos os *Lockdowns*, revivemos os movimentos antivacinas, discórdias entre os poderes, uso da máscara e o pior de todos os dramas: as *fakes News*, que adocece mais do que o próprio coronavírus.

A realidade não é diferente. As aulas foram suspensas, ou por Decretos Estaduais ou Municipais. A escola entrou em colapso. Falamos tanto em mudanças tecnológicas, em novas metodologias, inovações e descobrimos que não estávamos preparados para este momento. Muitas escolas começaram a se (RE)Organizar. Não falamos anteriormente que a sociedade muda de acordo o contexto? A escola é parte da sociedade e precisou mudar e com certa urgência, meio que cambaleando, mas começou a andar. Inicializou o uso das tecnologias com mais frequência para entrar em contato com os alunos. O celular de vilão das salas de aulas transformou-se no protagonista da história.

Entretanto, restringimos nossa discussão a um foco: o processo de avaliação escolar. A escola está mudando, não por livre e espontânea vontade, mas por pressão causada pelo COVID-19. Termos poucos usados como a escola invertida, dentro de uma metodologia ativa, professores e alunos separados geograficamente, mas unidos pela tela de um computador, alunos sem condições de ter aulas *onlines* por falta de equipamento ou rede *wifi* e recebendo atividades impressas, uma forma de não deixá-los segregados do processo educacional, mas com pouco resultado. Como não mudar a forma de ver o processo de avaliação? A verdade é que já devia ter mudado há tempo.

Este é o ponto de partida para nossa reflexão. Considerado um dos assuntos básicos no desenvolvimento educacional: compreender a dinâmica do processo avaliativo com base nos aspectos qualitativos, mas, com um agravante, avaliar em um novo contexto social: o distanciamento dos alunos na utilização da aulas remotas. Assim, a questão basilar desse trabalho não propõe respostas a uma série de perguntas e desafios neste “novo normal”, mas como ponto de reflexão da prática educativa com a intenção de promoção do conhecimento e do

autoconhecimento da prática do professor.

O processo avaliativo tem-se apresentado como o grande desafio da educação, demonstrando a fragilidade do sistema de ensino e suas consequências que refletem na reprovação e evasão escolar. Essa prática é uma das molas mestras de uma educação de qualidade, não como instrumento de poder, repressão, punição ou condutor para o fracasso escolar, mas como mecanismo para medir a eficiência da prática do próprio professor.

Mais uma vez não queremos criar analogias apocalípticas, no entanto, vejamos a avaliação como determinação de valores. Quem está apto a continuar seus estudos ou deve ficar para trás. Somos remetidos aos personagens que foram deixados porque no caminho sofreram acidentes que, segundo a avaliação do grupo, iria reduzir a marcha dos saudáveis. Assim, encostaram o ferido em uma árvore e deixaram a sua sorte. Na maioria das vezes era o seu fim. Absurdo! Podem afirmar. Mas não fazemos isso com frequência quando, o grupo de profissionais, reunidos em torno de uma mesa, chega à conclusão que é melhor deixar alguns para trás, assim, os melhores continuaram sendo mais assistidos e os fracos ficaram sempre com a menor parcela de conhecimento.

Muitos profissionais estão aprisionados nesse modelo de avaliação tradicional e ultrapassado e cometem os mesmos erros do passado ao avaliar os alunos, mesmo com uma infinidade de inovações pedagógicas, parece que avaliar apenas para ter uma nota no final de uma etapa letiva é muito mais fácil. Porém, o momento instaurado na sociedade diante da crise na saúde pública causada pelo contágio do coronavírus e a necessidade de afastamento social e, por conseguinte, o novo modelo de aulas remotas deixou o processo avaliativo muito mais desafiador.

O parecer do Conselho Nacional de Educação, nº 19, de 08 de dezembro de 2020, no item 2.16 sobre avaliações e exames no contexto da situação de pandemia sugere que:

as avaliações e exames de conclusão do ano letivo de 2020 das escolas deverão levar em conta os conteúdos curriculares efetivamente oferecidos aos estudantes, considerando o contexto excepcional da pandemia, com o objetivo de evitar o aumento da reprovação e do abandono no ensino fundamental e médio (BRASIL, 2020, p. 65).

O termo “evitar” causou algumas polêmicas como: Ninguém será mais reprovado? E a surge o contraponto: Quem disse que a escola trabalha pautada na reprovação? A mudança de cenário e as novas sugestões entram em conflito com a prática utilizada por muitos profissionais sobre avaliar. Ao sugerir “evitar o aumento da reprovação e abandono”, alguns não conseguem pensar em uma avaliação que não tenha intenção em medir com notas o conhecimento. Se é que um dia conseguiremos transformar conhecimento em números.

Nessa tentativa de explicar o que realmente é avaliação, vários estudos sobre o processo têm demonstrado com maior ênfase o professor como mediador, seu olhar sobre o processo avaliativo, sua capacidade para renovar e buscar conhecimentos que possibilitem avaliações mediadoras, pautadas na cooperação entre aluno e professores.

Tendo em vista, muitos profissionais ainda avaliam de forma tradicional apenas enfocando o aspecto quantitativo, se preocupando em classificar os alunos em “bons ou ruins”, promovendo ou reprovando, de outro lado, encontra-se profissionais que não compreendem o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos aspectos qualitativos, confundindo-se com

“atitudinal”, nesse ponto, dando outra interpretação ao que a Lei explicita aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Ao assimilarmos a complexidade avaliativa, iremos perceber uma maior deficiência em avaliar o aluno em sala de aula e, agravando no cenário de aulas remotas – fica aqui o enfoque neste trabalho – considerando a seguinte pergunta: Até que ponto o educador pode afirmar o que o aluno sabe ou não sabe? Como avaliar um aluno no período de distanciamento social?

São pontos fundamentais, uma vez que, muitos alunos saem das escolas analfabetos funcionais, apenas decodificando sinais, mas não compreendendo sequer o que lê. Igualmente, alunos nessa nova situação pandêmica com transtornos e dificuldades causados pelo enclausuramento. Da mesma forma, muitos professores transmitem informações falsas postadas nas mídias sociais sem ter noção do que estamos afirmando. Pensar em *nanochips* na vacina é ter uma tecnologia de ficção.

No entanto, mesmo que este texto não consiga responder perguntas e apresentar receitas prontas, no entanto, a intenção é causar desequilíbrio no ato de ensinar, primeiro temos que sair da zona de conforto, esquecer alguns parâmetros embutidos ao longo de nossa história educacional, perder o medo de inovar, para após toda essa desestrutura pedagógica, conseguirmos mudar nossos paradigmas e enfrentar esse período de pandemia com novas atitudes e crescer enquanto profissionais.

2 Novos significados sobre a avaliação em um novo contexto social

Por que pensar em avaliação nesse momento? O correto não seria pensar em como trabalhar os conteúdos com os alunos e como esses chegarão até eles? No entanto, pensar em o que deve ser trabalhado e como deve ser não é avaliar o processo do desenvolvimento do ensino/aprendizagem? Essa pergunta mostra como lidamos com a avaliação. Ninguém deve pensar em números, mas avaliar o processo e como a prática do professor está sendo reconfigurada. A partir do momento que planejo a aula remota, preparo um conteúdo e seleciono os mais importantes, estou dentro de um processo de avaliação, estou determinando o valor dos conteúdos.

Deve-se pensar o seguinte: se nesse momento o professor consegue selecionar os conhecimentos essenciais para o desenvolvimento do aluno e eliminar alguns que o aluno conseguirá adquiri-lo através de seus estudos e descobertas individuais, porque levamos para a sala de aula uma tonelada de assuntos que hoje o professor acredita não ser essencial? Isso é avaliar a prática pedagógica.

O debate sobre avaliação alcança dimensões reflexivas, conduzindo o educador a pensar sua prática na sala de aula e inúmeras formas de avaliar utilizadas em algumas Instituições de Ensino são questionadas. Isso não é algo novo, pode observar no trabalho de Luckesi (2014, p. 29): “O educando não vem para a escola para ser submetido a um processo seletivo, mas sim para aprender e, para tanto, necessita de investimento da escola e de seus educadores, tendo em vista efetivamente aprender”, em outros termos, o aluno não está na escola para ser avaliado, está para trabalhar seus conhecimentos e suas múltiplas inteligências como apresenta Gardner (1995), é interessante o que o autor explica como inteligência.

Uma inteligência implica na capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos que são importantes num determinado ambiente ou comunidade

cultural. A capacidade de resolver problemas permite à pessoa abordar uma situação em que um objetivo deve ser atingido e localizar a rota adequada para esse objetivo (GARDNER, 1995, p. 21).

No decorrer do trabalho de Gardner, há uma variedade de inteligências, isto é, cada um possui uma inteligência que sobressai, assim, inteligente não refere-se ao aluno no 9,0 ou 10,0, mas como esse educando consegue resolver os problemas apresentados e a escola é responsável para trabalhar essas inteligências. Deve-se parar imediatamente com a regra usada ainda hoje, apenas observando o que o aluno não sabe ou não consegue, mas devemos observar o que ele já sabe e já consegue. Olhar positivo sobre o desenvolvimento da aprendizagem.

Nota-se que avaliar não é o centro do processo de desenvolvimento, mas o aprender, o crescer e o evoluir como pessoa. Para isso, pensar em avaliar postula a obrigatoriedade de conhecer os mecanismos primordiais para o seu entendimento. A Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixava as diretrizes e bases da educação nacional, ao tratar de avaliação no parágrafo primeiro do artigo 39 estava: “Na avaliação do aproveitamento do aluno preponderarão os resultados alcançados, durante o ano letivo, [...] asseguradas ao professor, [...] liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento” (BRASIL, p. 3). Tínhamos um processo de exame escolar e o professor como centro do processo educativo.

Posteriormente, na Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa as diretrizes e bases da educação, no artigo catorze, parágrafo um, já apresenta “na avaliação do aproveitamento [...] preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos”, Brasil (1971, p. 2), a similaridade com a atual legislação brasileira, a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 24, inciso cinco, letra (a), “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos” (BRASIL, 1996, p. 6).

Assim, para melhor compreendermos a complexidade do processo de avaliação precisamos entender como a prática do professor é avaliada e a partir desses resultados reestruturá-la de forma a alcançar os objetivos, sem determinar o fim do processo de conhecimento. Como se o conhecimento tivesse um fim. Dessa forma, a avaliação passa a ser qualitativa, proporcionando ao aluno não subir os degraus de um pódio, onde se ganha ou se perde, mas construir significados.

Precisamos formar pessoas capazes de encontrar soluções para os problemas, procurar novos caminhos e estratégias diferentes na resolução das dificuldades. Formar seres pensantes. Lembrar que o conhecimento está disponível nas tecnologias de informações e comunicações (TICs), e muitos educandos têm acesso a essa tecnologia de forma mais rápida. Não temos tempo para pensar em selecionar pessoas por uma avaliação classificatória.

Pensar na avaliação escolar remete-nos as questões referentes aos programas desenvolvidos na escola, nesse sentido, o trabalho de Alves (2003), nos diz que os “programas” escolares baseiam-se no pressuposto de que a aquisição do conhecimento pode ser aprendida numa ordem lógica, ignorando assim que a aprendizagem só acontece em resposta aos desafios. Não preciso necessariamente ter um conhecimento de um determinado assunto para poder aprender outro.

A resposta disso são os diversos vídeos publicados no Youtube, quantas vezes assistimos algo interessante, mas não temos todo o conhecimento necessário para entender o todo. O que fazemos, assistimos outro vídeo que nos ajuda a entender o anterior, são conhecimentos

adquiridos sem uma ordem considerada lógica.

Da mesma forma, um adolescente quando vai usar uma ferramenta para construir um site ou editar uma foto, às vezes, precisa parar um pouco na tarefa e assistir alguns tutoriais que explicar questões que ainda não sabe. Isso é conhecimento fora de uma ordem.

Corroborando com essas questões, Hoffmann (2003, p. 15) prossegue com a mesma linha de pensamento “A avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação”. Para esclarecer esta questão necessitamos entender que a avaliação não parte do pressuposto de medir conhecimentos que o professor despeja ao longo de uma unidade ou semestre letivo, mas problematizar, questionar, refletir sobre as ações que são construídas ao longo desse processo, cabendo ao professor a tarefa de mediar a aquisição desses conhecimentos e oportunizar aprendizagens. A avaliação cabe o papel de avaliar a prática.

Esses estudiosos concordam-se no fator fundamental do processo avaliativo como podemos observar quando Freire (2017, p. 83), explícita a inexistência de praticar sem avaliar essa prática. “Avaliar a prática é analisar o que se faz”, revendo a “prática” corrigimos erros, prosseguimos os acertos e melhoramos a eficiência do próprio trabalho avaliativo de forma a acompanhar o processo evolutivo do aluno.

Hoffmann (2003, p. 15) remete-nos a compreender o sujeito nesse processo “Educar é fazer ato de sujeito, é problematizar o mundo em que vivemos para superar as contradições, comprometendo-se com esse mundo para recriá-lo constantemente”. Emergindo assim um questionamento básico: Como a escola está avaliando os alunos? O que está prevalecendo na avaliação: Os aspectos quantitativos ou qualitativos?

Da mesma forma, podemos observar que nesse período de pandemia causada pela COVID-19, estamos relendo o nosso processo educacional. Estamos superando questões, resignificando os espaços, melhorando nossa prática e criando outros instrumentos para nossas aulas. Isso é avaliar.

Na discussão que interessa sobre a avaliação, observa-se que ela subsidia decisões a respeito da aprendizagem dos alunos, objetivando a qualidade dos resultados que são construídos ao longo do processo. Dessa forma a avaliação não é um fim em si mesma, Luckesi (2003). Além disso, exercer a avaliação apenas classificatória e burocrática percebe-se uma descontinuidade, uma segmentação do conhecimento (HOFFMANN, 2003).

Não podemos entender a avaliação como simplesmente classificatória, o aluno deve ser avaliado de forma a conhecer suas dificuldades e seus progressos, podendo a partir desse contexto proporcionar uma aprendizagem mais objetiva e que contribua para o seu crescimento. Retomando suas dificuldades para que possa compreendê-la de forma clara e avançando nos progressos apresentados, sabendo que cada um é único e não podem seguir os mesmos caminhos.

Assim, temos uma questão: O que é avaliar?

Quando procuramos uma resposta para a pergunta que abre essa discussão, percebemos a complexidade do processo de avaliação escolar, temos a seguinte definição:

Assim, a pedagogia, de acordo com os modelos sociais, se apresenta como conservadora ou transformadora. A pedagogia conservadora, da escola tradicional, prioriza a avaliação dos conteúdos livrescos; a escola novista, as relações afetivas, e a tecnicista, os meios técnicos, o fazer. A pedagogia transformadora apresenta

nas suas práticas pedagógicas a pedagogia libertadora, que apresenta subjacente à sua teoria a formação da consciência política, de uma avaliação anti-autoritária. Já a pedagogia libertária traz a autogestão, e a pedagogia histórico-crítica, a compreensão da realidade, dando prioridade à educação como instrumento de transformação, de formação para a cidadania. (SHUDO, 2005, p. 1).

Percebe-se a necessidade de compreender qual postura pedagógica que segue a escola, definindo assim o seu caráter avaliativo, a autora ainda acrescenta as pedagogias conservadoras, destacando nessa a importância das medidas quantificáveis, considerando a periodicidade da avaliação, seus registros, no final de um processo.

Nesse sentido a autora demonstra a importância da avaliação no processo educativo, entender o que é avaliar, é antes de tudo saber qual a linha pedagógica a qual a escola está seguindo, assim, pode-se conhecer e compreender o processo avaliativo da instituição, uma vez que não se deve ver avaliação como fim de um processo, nem instrumentos sem significados, mas o caminho que a escola escolherá para percorrer.

Outra visão sobre o que é avaliar, é apresentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, no caderno de Introdução, Brasil (1997, p. 81) apresenta avaliação da seguinte forma: “a concepção de avaliação [...] vai além da visão tradicional, que focaliza o controle externo do aluno mediante notas ou conceitos, para ser compreendida como parte integrante e intrínseca ao processo educacional”. Dessa forma, a avaliação, não se restringe ao julgamento sobre sucessos ou fracassos do aluno, é compreendida como um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica.

Os Parâmetros ainda deixam claro que não se deve restringir a avaliação, pois ela só acontece segundo as oportunidades oferecidas, quais as situações didáticas em que é aplicada e como são as condições para sua aplicação. Outro fator importante apresentado pelos Parâmetros é a utilização da avaliação em todo o processo de ensino aprendizagem e não apenas limitar-se ao final de uma etapa, o que vem reafirmando o que muitos estudiosos apresentaram.

Diante de todo o conhecimento sobre avaliação cabe uma última e não menos importante pergunta que abre esse tópico. O que é avaliar segundo uma construção de conhecimento? Para a resposta dessa afirmativa foram selecionadas diversas visões que interagem no mesmo caminho.

Segundo Hoffmann (2003), avaliação não é para saber quem aprende, pois todos aprendem, muitas vezes de forma que o professor não aprendeu. Assim avaliar é perguntar e perguntar-se em várias dimensões. Para Luckesi (2014), avaliação, tanto no geral quanto no caso específico da aprendizagem, não possui uma finalidade em si; ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido. Souza (1994) registra que avaliação não é um ato puramente técnico, incluindo valores e princípios, procurando assim o desfilamento dos princípios que norteiam a práticas avaliativas nas escolas.

Ao redor dos itens sumariados, gravitam umas series de questionamentos que devem pautar a avaliação na prática educativa, Hoffmann (1998), destaca que avaliar está na descoberta complexa do ato de aprender, interagir com o aluno para possibilitar o conhecimento sobre como ele aprende, ao invés de priorizar questões que conduzam os alunos a responder o que eles já sabem.

A avaliação proporciona um ensino de qualidade, sem traumas, medos, rótulos que pautaram a avaliação dos séculos passados, mas como uma nova perspectiva de aprendizagem,

descobrimo o que somos capazes e promovendo aprendizagem no que temos dificuldades, num ambiente coletivo, porém individualizando nossas necessidades. Alberto Caeiro (Fernando Pessoa), em suas poesias modernistas mostra com clareza a necessidade de uma educação centrada na aprendizagem significativa, não encarcerar o aluno a prisões decorativas que despojem a intelectualidade do aluno “Procuro despir-me do que aprendi, / Procuro esquecer-me do modo de lembrar que me ensinaram, / E raspar a tinta com que me pintaram os sentidos /, Desencaixotar as minhas emoções verdadeiras, / Desembrulhar-me e ser eu”.

Diante da nova realidade, ou o “novo normal”, temos duas opções em relação à avaliação escolar: ou mudamos, ou seremos mudados. Não há opções quando surge um novo limiar para a humanidade.

Referências

- ALVES, Rubem. **Conversa sobre educação**. Campinas: Versus, 2003.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Diário Oficial da União**. Brasília. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 4 fev. 2021.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 5.691, de 11 de agosto de 1971. **Diário Oficial da União**. 12 de agosto de 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 4 fev. 2021.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**. Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 4 fev. 2021.
- BRASIL. Conselho Estadual de Educação. Parecer n. 19, de 08 de dezembro de 2020. **Diário Oficial da União**. Brasília, 10 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Parecer-cne-cp-019-2020-12-08.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2020.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos PCNs. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2017.
- GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas**: a teoria na prática. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- HOFFMANN, Jussara. **Contos e contrapontos**: do pensar ao agir em avaliação. 6. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação**: mito & desafio: uma perspectiva construtivista. 32. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- SHUDO, Regina. **Sala de aula e avaliação**: caminhos e desafios. São Paulo, 2005. Disponível

em: http://www.educacional.com.br/articulistas/outrosEducacao_lista.asp?artigo=regina0001.
Acesso em: 4 fev. 2021.

SOUZA, Clarilza Prado de. **Avaliação escolar**: limites e possibilidades. São Paulo, 1994.
Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_22_p089-090_c.pdf. Acesso em:
4 fev. 2021.